

# CAPAS DA MILITIA: REPRESENTAÇÕES DA FORÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO

*MILITIA COVERS: REPRESENTATIONS OF THE PUBLIC FORCE OF SÃO PAULO*

**Silvane Ribeiro Gonçalves<sup>1</sup>**

**Rosemeri Moreira<sup>2</sup>**

Universidade Estadual do Centro-Oeste

**Resumo:** A presente pesquisa visou analisar a composição iconográfica das capas da Revista Militia, dentro do recorte cronológico que compreende o período de 1947 a 1964. A revista em questão era o meio oficial de comunicação da Fôrça Pública de São Paulo e estava sob responsabilidade do Clube de Oficiais. A partir da análise das capas e do editorial da revista, buscamos estabelecer séries com os temas recorrentes nas capas, dentre eles: a reminiscência de heróis do passado, a exaltação de São Paulo e da instituição, o uso de imagens femininas, dentre outros. Trata-se de um trabalho relevante no campo da historiografia por integrar os debates sobre imprensa policial e militar, além de estabelecermos um panorama de como o Gênero e Representações de masculinidades perpassam o debate político.

**Palavras-chave:** Gênero, Revista Militia, Revista Policial.

**Abstract:** This research aimed to analyze the iconographic composition of the covers of Revista Militia, within the chronological cut that comprises the period from 1947 to 1964. The magazine in question was the official means of communication of the Public Force of São Paulo and was under the responsibility of the Officers. From the analysis of the magazine's covers and editorial, we sought to establish series with recurring themes on the covers, among them: the reminiscence of past heroes, the exaltation of São Paulo and the institution, the use of female images, among others. This is a relevant work in the field of historiography because it integrates debates on the police and military press, in addition to establishing an overview of how Gender and Representations of masculinities pervade the political debate.

**Keywords:** Genre, Militia Magazine, Police Magazine.

<sup>1</sup> Graduanda do curso de História – Licenciatura da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

<sup>2</sup> Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, atualmente é professora do curso de graduação em História da UNICENTRO e do Programa de Pós Graduação em História e Regiões.

## Introdução e Metodologia

Nos últimos meses do ano de 1947, a primeira edição da Revista *Militia*, periódico da Fôrça Pública de São Paulo, chegava aos milicianos daquela corporação e à população civil que tivesse interesse. A circulação da revista teve início no final da década de 1940 e se estendeu até 1973, todavia, nossa análise abrangerá as edições da revista ao longo de dezessete anos, por serem edições encontradas de forma online disponibilizadas no Acervo Online da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP).<sup>3</sup>

O objeto de análise dessa pesquisa, constitui-se em debater as representações e a estética visual das capas da Revista *Militia* (1947-1964), com o objetivo de historicizarmos a construção da autoimagem da Fôrça Pública, ao longo desse período, baseando-se nas representações das ideias de soldado/miliciano/policial presentes nas capas, bem como a análise de como o gênero é percebido. Como objetivos específicos delineamos: a) apresentar e debater a configuração política da Fôrça Pública do Estado de São Paulo; b) historicizar a Revista *Militia* e sua estrutura; c) problematizar e debater suas capas.

Percebe-se, por meio das revistas que foram analisadas que ela abordava diversos assuntos e se configurava como porta-voz e construtora da autoimagem da Fôrça Pública paulista e, conseqüentemente, de seus agentes.

As capas dos periódicos constituem a sua principal propaganda, seu cartão de visita, sua tentativa primordial de chamar a atenção de um leitor(a)/consumidor(a). É por meio da capa que um(a) possível leitor(a) tem, ou não, sua atenção apreendida. Diante disso, refletimos que a importância de tal pesquisa está relacionada com o quanto a estética visual contida nas capas da Revista *Militia* podem traduzir o contexto político da Fôrça Pública do Estado de São Paulo, e as (re)construções da identidade policial. Com base nisso, apontamos a importância do periódico dentro dos debates sobre imprensa policial e militar, além das indicações de como o Gênero e as representações de masculinidades/feminilidades, perpassam o debate político e a ideia que a instituição constrói sobre si.

---

3 São 103 edições ao todo, dentro desse período, no entanto, foram analisadas 102 edições, pois a edição n. 62 (mar./abr. 1956) não está disponível on-line. *MILITIA*, Revista. Nov/Dez. 1947 – Jul/Ago. 1964. Acervo PMESP. Disponível em: <http://revistamilitia.policiamilitar.sp.gov.br/Pag06.html>.

Em termos teóricos e de acordo com Joan Scott (1995)<sup>4</sup>, compreendemos que “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995, p. 86). Em outras palavras, para a autora, gênero não diz somente respeito a construção das divisões binárias – de masculino e feminino, mas se refere, principalmente, às relações de poder decorrentes desta categorização a partir das percepções sobre o sexo biológico. Partindo desse viés, as masculinidades são uma construção social. Para Raewin Connell, masculinidade é “uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero”<sup>5</sup> (CONNELL, 1995. p. 188)<sup>6</sup>.

Por serem poucas as pesquisas que abordam a Revista *Militia*, primamos a pesquisa de André Rosemberg: “As polícias militares nas páginas de Militia (1947-1964)” (2016)<sup>7</sup>. O historiador analisa as reivindicações dos policiais, suas condições de trabalho e a busca pela construção de uma identidade, e a relação da Fôrça Pública com a política estadual. Segundo Rosemberg, a “*Militia* espelhou demandas e interesses de uma parte expressiva do corpo de policiais da Fôrça Pública de São Paulo e, por extensão, de policiais militares do resto do país.” (ROSEMBERG, 2016, p. 250). Para esse historiador, a revista tinha um tom lamurioso, uma vez que não havia consenso sobre um tema central, entre os policiais, e pela falta de definição de uma identidade própria (*Idem*, p. 251).

Os textos da historiadora Thaís Battibugli, “Reforma da Polícia Paulista: 1946-1964 (2012)<sup>8</sup> e “Democracia e segurança pública em São Paulo: 1946-1964” (2006)<sup>9</sup>, abordam as transformações pelas quais as polícias de São Paulo passaram nesse período. A autora destaca as relações estabelecidas entre as forças policiais e a democracia, discutindo como a organização política, a partir de 1946, influenciou as

---

4 SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. 20(2):71-99. jul./dez. 1995. *Educação&Realidade*. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>> Acesso em 11 mai. 2021.

5 CONNELL, Raewin. **Políticas da Masculinidade**. *Educação e Realidade*, Porto Alegre. Vol. 20 (2), 1995.

6 Sobre masculinidades no mundo ocidental ver: KIMMEL, Michael. **A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas**. *Horizontes Antropológicos* – Corpo, Doença e Saúde. Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, n. 9, pp. 103-117. 1998.

7 ROSEMBERG, André. As polícias militares nas páginas de Militia (1947-1964). *In*: GALEANO, Diego Antonio; BRETAS, Marcos Luiz. (orgs.) **Polícias Escritores, delitos impresos**: revistas policiaes em América del Sur. 1a. ed. La Plata, 2016. pp. 225-252.

8 BATTIBUGLI, Thaís. **Reforma na polícia paulista** (1946-1964). *Revista Eletrônica FACP*. Ano I, n. 01, Janeiro. 2012. Disponível em: <http://revista.facp.com.br/index.php/reFACP/article/viewFile/1/1> Acesso em: 28 set. 2021.

9 BATTIBUGLI, Thaís. **Democracia e segurança pública em São Paulo** (1946-1964). Tese. São Paulo: USP, 2006.

principais corporações policiais da época<sup>10</sup>. Para tanto, Battibugli recorreu a um ou outro exemplar da revista.

Ademais, para entendermos a importância do periódico para os policiais, nos atemos a interpretação do Ten. Cel. PM Luis Kiyoshi Munakata<sup>11</sup>, para o qual a importância da revista se vincula, primeiro, a viabilização da emergência do “policia escritor”; segundo, diz respeito à significativa contribuição do periódico para formar as bases que possibilitaram a construção de uma nova identidade para as instituições militares e civil paulistas, que buscavam se adequar ao novo cenário, pós Estado Novo e pós 1946; e a terceira, trata-se de uma narrativa que mescla a história das Polícias de São Paulo com a História da população paulistana.<sup>12</sup>

Para a metodologia referente ao uso de periódicos como fontes para a História, nos fundamentamos em José Miguel Arias Neto (2013)<sup>13</sup> e Tania Regina De Luca (2008)<sup>14</sup>. Tania De Luca (2008) considera que a História da Imprensa e a História do Brasil se confundem, haja vista que são partes intrínsecas da formação do país, contudo, isso não impediu o retardamento em se valer desses materiais como fontes historiográficas<sup>15</sup>.

Baseado nesse olhar metodológico, em primeiro lugar realizamos leituras e discussões sobre a temática; sobre análise de periódicos e conceito de Gênero. A partir dessa fundamentação teórica e metodológica, realizamos levantamento de dados quantitativos da fonte e criamos tabelas e gráficos, seguido de cruzamento

10 Segundo Affonso Henriques (1964) e Marieta Ferreira (2006), o período de 1946 e 1964 é conhecido por uma experimentação da democracia, haja vista que até os governos eram oligárquicos e, entre 1930 e 1945, se configura como a Era Vargas, referenciada por alguns pesquisadores como ditadura varguista, embora sendo mais marcante no chamado Estado Novo (1937 – 1945). A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, para lutar contra os governos nazista e fascista, acabou desgastando o governo de Vargas e, embora tendo o apoio de uma parte da população, traduzido no movimento Queremismo, em 29 de outubro de 1945, o Estado Novo chegou ao fim com a deposição de Vargas (Ver: HENRIQUES, Affonso, **Vargas e o Estado Novo**. São Paulo, 1964.; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Getulio Vargas: uma memória em disputa**. Rio de Janeiro: CPDOC. 2006.).

11 O qual se declara como uma pessoa com mais de 25 anos de experiência nos ramos de Inteligência, Gestão, Ensino e Legislação, serviu na assessoria do Comando-Geral da Polícia Militar, em especial no Estado-Maior e na Coordenadoria de Assuntos Jurídicos da Polícia Militar, ligado à Consultoria Jurídica da PM (Órgão da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo). Estando, dessa forma, legitimado como responsável pela elaboração do texto introdutório da página digital da Revista *Militia*, criada em 2019 e disponibilizada para consulta a partir de 2020, no site do Arquivo Público de São Paulo. Informações obtidas no LinkedIn do Ten. Cel. PM Munakata. Disponível em: <https://br.linkedin.com/in/luis-kiyoshi-munakata-1b517917b>. Acesso em: 15 fev. 2022.

12 MUNAKATA, L. K. *História da Militia: Sursum Corda!*. Disponível em: <http://revistamilitia.policiamilitar.sp.gov.br/index.html>. Acervo BMP/PMESP. 2019.

13 ARIAS NETO, José Miguel. **Imprensa Militar no século XIX: um balanço preliminar**. *Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*, v. 9, n 18, 2013, p. 55-64.

14 LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas**. 2.ed., I a reimpressão.— São Paulo: Contexto. 2008.

15 A imprensa chegou ainda no período colonial, no entanto, seu uso como fonte para a escrita da História só ocorreu na segunda metade do século XX, sendo que, na década de 1970, ainda eram poucos os trabalhos nesse sentido (LUCA, 2008, p. 111).

dos dados levantados. Após esse processo, voltamos o olhar sobre as capas, observando as repetições relativas às capas das 102 edições analisadas, buscando em sua organização estética, as funções desempenhadas por elas. Tendo em vista nossa problemática, foram enfocados os seguintes aspectos: a cultura histórica da memória e as representações de gênero, percebendo os aspectos imagéticos que marcam concepções de policial, polícia e masculinidade(s).

### **A força pública de São Paulo**

Segundo Battibugli, a força policial é a instituição especializada no controle social, constituindo o aparelho repressivo legítimo do Estado, cuja função é:

[...] resolver, de modo rápido, situações desagradáveis e, muitas vezes, inesperadas. Previne crimes com rondas ostensivas, reprime a execução de delitos e conduz os infratores para o devido julgamento. Protege a vida e a propriedade e é um mecanismo oficial de gerenciamento de relações entre os indivíduos. Além do controle social, ainda presta serviços à comunidade.<sup>16</sup>

No período aqui analisado, as polícias paulistas estavam divididas em três corporações principais: Polícia Civil (PC), Fôrça Pública (FP) e a Guarda Civil (GC) (BATTIBUGLI, 2012, p. 03)<sup>17</sup>. Destacando-se a Polícia Civil como a instituição detentora de maiores competências em detrimento das outras corporações. O que concedia ao delegado o poder de comandar diligências feitas em conjunto com as demais instituições. Embora essas instituições tivessem uma administração, um comando e um sistema de operação próprios, estavam subordinadas à Secretaria de Segurança Pública (SSP).

Tanto a Fôrça Pública quanto a Guarda Civil estavam legalmente enquadradas como “agentes de execução” (BATTIBUGLI, 2012, p. 05). Dentro desse contexto, havia uma rivalidade entre seus agentes. Um dos motivos para a existência desse conflito era que os policiais<sup>18</sup> da Fôrça Pública acatavam apenas às ordens de seus superiores hierárquicos, não reconheciam as ordens de agentes da Polícia Civil. Apesar de ter, legalmente, menos poderes do que Polícia Civil (polícia judiciária), a Fôrça Pública era a maior corporação policial paulista, pois contava com um efetivo cerca de três vezes

---

16 BATTIBUGLI, 2006, p. 07.

17 Outras instituições da época eram a Polícia feminina, a Polícia Marítima e Aérea, a Polícia Rodoviária.

18 Também chamados de milicianos e de soldados da Fôrça Pública.

maior que a primeira, e com o dobro de agentes da Guarda Civil (BATTIBUGLI, 2012, p. 04-05).

A Fôrça Pública, desde sua gênese, era uma corporação militar com treinamento realizado pelo Exército, e considerada uma força reserva e submissa a este, tanto que não tinha dentre seus quadros a patente de General (BATTIBUGLI, 2006, p. 211).<sup>19</sup> Com isso, a instituição poderia atuar em conflitos internos e externos, entretanto, grande parte de sua atuação se restringia ao patrulhamento e atividades nas quais não era exigido o treinamento militar que recebiam, além da conflituosa subordinação ao delegado da Polícia Civil. No entanto, devido seu caráter militar, respeitavam como instância superior o Exército Brasileiro, seguindo a hierarquia de comando. Os milicianos<sup>20</sup> da Fôrça Pública valorizavam a disciplina, a hierarquia e a doutrina militar (BATTIBUGLI, 2012, p. 06).

O acirramento das tensões entre as instituições policiais do estado de São Paulo, no período de 1945 e 1964, estão relacionadas a uma proposta de reforma das corporações. Pois o desejo da Fôrça Pública era ser hierarquicamente superior à Polícia Civil, privilegiando as características puramente militares.

### **A revista *Militia***

“MILITIA” destina-se precipuamente a tratar de assuntos da Fôrça Pública de São Paulo e de seu Clube de Oficiais, difundindo notícias e conhecimentos técnicos policiais-militares, assuntos culturais de Ciência, Filosofia e Artes, e bem assim debates sobre problemas de interesse geral.

A colaboração é franca a todos, porém, não será possível a publicação de trabalhos políticos-partidários ou religiosos-sectários, os quais não se enquadram no programa desta Revista. Os originais não serão devolvidos. Outrossim, a Revista não assume responsabilidade de conceitos formulados pelos autores em trabalhos assinados.<sup>21</sup>

Abordamos aqui as características do periódico publicado pela Fôrça Pública, a Revista *Militia*, a qual “se estendeu com pequenas variações de estilo, periodicidade e tamanho até julho/agosto de 1964, 103 edições depois, sempre encerrada no

19 Como especificado no artigo 183 da Constituição Federal de 1946: “Art.183 – As polícias militares instituídas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, são consideradas, como forças auxiliares, reservas do Exército.” (BRASIL. **Constituição (1946)** Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1946).

20 Nesse momento o conceito era utilizado para se referir a uma força paralela ao Exército, o que define bem os agentes que atuavam na Fôrça Pública.

21 *MILITIA*, ed. 1, 1947, Expediente.

formato de 22 cm X 15 cm, fornida com mais de 80 páginas” (ROSEMBERG, 2016, p. 225).<sup>22</sup> No expediente da primeira edição (1947) encontramos a nota reproduzida acima provavelmente elaborada pela redação, pois se encontra sem assinatura. A nota que contém três parágrafos, traça, em poucas linhas, o propósito da revista, seu público-alvo e as principais diretrizes da revista sobre assuntos a serem publicados.

Nos últimos meses de 1947, a primeira edição da revista chegava aos milicianos da Fôrça Pública de São Paulo e, conjuntamente, à população civil que tivesse interesse. A revista não surgiu de um breve projeto, tampouco se iniciou do interesse de poucos, tratava-se da continuação de um antigo empreendimento, a “Revista Militar Paulista”, editada nos idos de 1930, de acordo com os arquivos da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) e com a nota introdutória ao acervo virtual do periódico Revista *Militia*, elaborada pelo Ten. Cel. PM Munakata (2019).

O período de publicação da revista, como cita Rosemberg (2016), está inserido nos anos da chamada “experiência democrática”, período que compreende os governos Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964)<sup>23</sup>. Esse período foi marcado por alvoroços, com as políticas que ficaram conhecidas como populistas, dado o pano de fundo de serem políticas voltadas a população<sup>24</sup>. Antes disso, dentro da corporação, no final da década de 1950 e início da década de 1960, alguns conflitos de ordem profissional e política estavam ocorrendo nos quartéis, tais como as chamadas insubordinações de janeiro de 1961, cujo gatilho foi a contestação por melhores condições de trabalho e reconhecimento por parte dos oficiais e superiores em relação ao trabalho dos soldados de baixa patente, cujo ápice da ação foi uma greve na Fôrça Pública, em janeiro de 1961 (BATTIBUGLI, 2010; ROSEMBERG, 2016.).

Produzido na sede da corporação — a qual contava com uma tipografia própria instalada em sua sede, no bairro Bom Retiro, próximo à Estação da Luz (São

---

22 O historiador usou como fonte os exemplares impressos da Revista *Militia*. Contudo, Rosemberg não diz o motivo de sua escolha temporal ao não trabalhar todas as edições do periódico.

23 A Constituição de 1946 marca a primeira experiência democrática do país, conhecida como Quarta República ou República Populista. Ela garantia princípios democráticos, embora com ressalvas para o conservadorismo, como a proibição do voto dos alfabetos, também defendia valores liberais. Essa Constituição vigorou até 1967, quando foi substituída pela Constituição outorgada pelo governo militar de Castelo Branco. Ver: SCHWARCZ, Lília Moritz e STARLING, Heloísa Murgel. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 432., p. 396; FERREIRA, 2013, p. 13-46.

24 Como exemplo, Rosemberg cita a reforma agrária, proposta por João Goulart e que serviu de pretexto para o Golpe Civil-militar de 64 (2016, p. 227).

Paulo) —, o intuito declarado do periódico era “[...] difundir notícias e conhecimentos técnicos policiais militares, assuntos culturais de Ciência, Filosofia e Artes, e bem assim debates sobre problemas de interesse geral” (*MILITIA*, ed. 1, 1947, Expediente). Ademais, a revista buscava dar visibilidade a “aspectos culturais gerais” e tratar de assuntos pertinentes aos policiais militares, tendo um campo multifacetado de abrangência. A revista ainda publicou, ao longo de duas edições (janeiro/fevereiro e março/abril de 1948), o chamado “Regulamento *Militia*”, onde estão contidos os deveres da equipe editorial, as competências dos envolvidos — diretor, redator-chefe, redatores, gerente, secretário — bem como os procedimentos a serem seguidos como linha editorial. Segundo o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP, 2019)<sup>25</sup>, ao longo das primeiras edições, a circulação da revista era somente interna, porém, com o passar do tempo o seu comércio foi expandido ao público civil.

Destacamos que *Militia* teve seu nome divulgado em outros impressos da época, nos quais haviam reproduções de trechos da Revista, dentre eles estão periódicos como “Correio Paulistano” (1950 a 1959), “Revista A Cigarra” (1917 a 1975), “Diário da Noite” (1927 a 1980), “A Gazeta Esportiva” (1955 a 1958) e “Jornal de Notícias” (1946 a 1951)<sup>26</sup>, sendo possível observarmos algumas referências à Revista *Militia* e que são relativas a divulgações oficiais do Clube Militar.

## Assinaturas

Ao longo de sua existência, o periódico foi vendido por assinaturas (anual e semestral) e com as possibilidades de compra dos números de forma avulsa. Observando a variação de preços das edições vendidas anualmente, constatamos que o valor das assinaturas anuais não ultrapassou, em média, 2,38% do salário-mínimo nominal, no período de 1947 até 1964<sup>27</sup>. Ou seja, financeiramente era

---

25 SÃO PAULO, Arquivo Público do Estado de. **Arquivo Público e Polícia Militar firmam parceria para digitalização de revista.** APESP/Comunicação. 28, nov, 2019. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/noticias/ultimas/ver/arquivo-publico-e-policia-militar-firmam-parceria-para-digitalizacao-de-revista> Acesso em 25 nov. 2021.

26 Os periódicos estão disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

27 O salário nominal é aquele que não considera os valores inflacionários, trata-se do total bruto do valor, sem considerar o salário real, que diz respeito ao poder de compra. Sobre o salário mínimo nominal, consultamos Battibugli (2006, p. 263) e o site do Governo Federal do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), disponível em: <http://ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=37667&module=M#:~:text=Ipeadata&text=Coment%C3%A1rio%3A%20O%20Sal%C3%A1rio%20m%C3%ADnimo%20nominal,de%20diferentes%20C3%ADndices%20de%20pre%C3%A7o.> Acesso em: 24 jul. 2022.

acessível à tropa e a civis, caso estes tivessem interesse em seu perfil editorial. A saber, o menor posto da Fôrça Pública, no ano de 1947, tinha como soldo o valor de Cr.\$ 786,29; e, no ano de 1964, último ano da revista disponibilizado no site, o soldo recebido era de Cr.\$ 844,28, contando com algumas variações no intervalo desse tempo (BATTIBUGLI, 2006, p. 261). Ao analisarmos os dados levantados por Battibugli (2006, p. 261) sobre o soldo dos milicianos, juntamente, com o preço das assinaturas anuais, encontrados na própria revista e comparando com o preço do pão francês, foi possível assegurarmos que a assinatura anual do periódico era financeiramente viável, tanto aos praças da Fôrça Pública quanto aos demais cidadãos que tivessem interesse em adquirir o periódico.<sup>28</sup>

Além das assinaturas, a revista era financiada por anúncios de diferentes produtos, tais como a cerveja Malzbier da Brahma (*MILITIA*, ed.3, 1948, p. 10); anúncio de sabão; de fábricas de roupas, calçados; produtos alimentícios e de uso pessoal e doméstico. Todas as propagandas ficavam dispersas ao longo das matérias e notícias. Não havia uma padronização dos produtos divulgados na revista, que constavam no final ou em meio as matérias.

### **Editoriais, expedientes e periodicidade**

A primeira edição começa com uma "Saudação do Comando", feita pelo Cel. Cmt. Geral Eleuthério Brun Ferlich, na qual, iniciando com "Meus Camaradas", dava as boas-vindas à revista que acabava de surgir, apontando-a como "filha do ideal e da cultura", baseada no "trabalho" e na "tradição" (*MILITIA*, ed. 1, 1947, p. 1). Nesse mesmo exemplar, temos um texto introdutório, intitulado "*Sursum Corda!*"<sup>29</sup>: expressão evangélica em latim que significa "elevem seus corações" ou "corações ao alto!", dependendo da tradução.

De acordo com a análise dos expedientes, editoriais e sumários, ao longo da publicação do periódico, analisamos que a redação da *Militia*, estava sob total responsabilidade de policiais da corporação, em particular do quadro de oficiais. São

---

28 Os dados referentes ao valor do preço do quilo de pão francês utilizado para a comparação com o preço das assinaturas, foi retirado do periódico diário e vespertino "A Noite (RJ)" -1960-1964-. É possível encontrarmos os dados nas seções "A dança dos preços II" (ed. 15757 (1), p. 5. 17/6/1961.) e "A dança dos preços III", (ed. 15758 (1), p. 3. 19/6/1961), tal periódico possuía sede no Rio de Janeiro e era também difundido para todo o Brasil. "A Noite" está disponível na Biblioteca Nacional Digital Brasil (<https://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>).

29 De autoria do Cap. Arrisson de Souza Ferraz, um dos principais fomentadores da revista no período, apresentava a revista como sendo "carinhosamente aguardada" e uma continuação da "Revista Militar Paulista".

poucas as edições com escritos de praças. Sua produção era feita na sede da Fôrça Pública de São Paulo (*MILITIA*, ed.2. 1948, p. 01).

Após analisarmos os 102 exemplares, constatamos a seguinte periodicidade: 25,5% (26 ed.) foram publicadas mensalmente; os outros 74,5% (76 ed.), foram publicações bimestrais. No início publicada bimestralmente, no período que compreende as 31 primeiras edições (1947 – 1952); passou a ser mensal de janeiro de 1953 a dezembro de 1954 (ed. 32 a 54) – totalizando dois anos de publicações contínuas. Em agosto de 1959, foi publicada uma edição especial (ed. 82), e a partir de agosto de 1960 as publicações passaram a ser bimestrais novamente.

Analisando a relação entre o orçamento destinado à Fôrça Pública e o percentual de inflação anual, entendemos que esses fatores foram determinantes para a existência dessas nuances. Segundo Battibugli (2006), de 1948 e 1951, o governo Adhemar de Barros adotou medidas que foram de favorecimento à corporação, mas o mesmo não aconteceu com o seu sucessor e herdeiro político, Lucas Nogueira Garcez (1952-1955). Na sequência, de 1956 a 1959, Jânio Quadros, opositor ao Adhemarismo, defendeu publicamente os parâmetros de uma polícia ostensiva de caráter civil (Guarda Civil), em detrimento da polícia militarizada. Importante observar que em meio a esse contexto de defesa de uma segurança pública não militarizada, foi criado o chamado “Corpo de Policiamento Feminino”, que era subjacente a Guarda Civil (MOREIRA, 2011)<sup>30</sup>. Notamos que em alguns governos a existência do periódico foi garantida por políticas orçamentárias que possibilitavam isso, todavia, nem tudo se resume a isso. Embora haja edições posteriores ao ano de 1964, a partir desse momento, com base no que foi analisado até o presente momento, observou-se que a revista estava entrando em declínio.

A saber, houve tentativas de manutenção do periódico frente ao seu enfraquecimento notado a partir da década de 1960. O editorial, intitulado “Fale de *Militia*”, se configura como um apelo, em tom de desespero e desabafo, que pede aos leitores que lhes digam o motivo do declínio da revista. Trata-se de uma clara tentativa de se manter em circulação, por meio do apoio e da ajuda de seu público para melhorar. Além disso, na página seguinte, há uma matéria que se refere a saída

---

30 MOREIRA, Rosemeri. **Sobre mulheres e polícias:** a construção do policiamento feminino em São Paulo (1955-1964). Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Linha de Pesquisa: Relações de Poder e Subjetividades – Florianópolis, 2011.

do Cel. Efraim Braitschita Lastebasse do cargo de diretor do impresso, posto que ocupava desde 1961. Mesmo capitulando, na matéria é enaltecida a figura do coronel, que esteve à frente da revista durante a crise institucional de 1961<sup>31</sup> e que teria levado “[...] as informações esperadas pelo público” (*MILITIA*, ed.102, 1964, p. 4). Além disso, destacam um passado em que revista “periclitou por mais de uma vez”, mas que “continuou e continuará a ser editada”, pois, trata-se do “órgão representativo dos interesses dos policiais militares de todo o Brasil” (Idem). O terceiro caso foi outro pedido de socorro, na última edição (ed. 103/1964), na seção dos leitores, em que um leitor identificado como 1º Tenente “ref. 56”, o qual questionava o que estava acontecendo com a revista, cujo projeto era sair mensalmente, porém, havia passado a ser semestral. Ele diz: “O que falta? — Pessoal? — Dinheiro? — Fala comigo, primo... Sou 1.º ten. ref. 56.” (*MILITIA*, ed.103, 1964. p. 8), evidenciando, de um lado, o descontentamento do militar reformado, que assiste à situação de derrota; de outro, se colocando como disposto a investir na continuidade do periódico.

### **Equipe editorial**

Em relação a equipe responsável pela *Militia*, a partir de levantamento de dados, observamos que o periódico passava por mudança na direção a cada dois anos, e os cargos de direção de redação e de redator-chefe, eram ocupados, majoritariamente, por coronéis e majores. Como exceção a esse período de dois anos, foi a direção do Cel. José Anchieta Torres, que ficou nesse cargo por sete anos (1951/1958), sendo o diretor-geral que ficou mais tempo a frente do periódico. Outras exceções dizem respeito aqueles que ficaram menos de um ano na direção da revista. Alguns lançaram apenas um número do periódico, como foi o caso do Cel. Rubens Teixeira Branco, que publicou apenas a edição 88 (Set./1960).

Constatamos que a ocupação do cargo de diretor geral era majoritariamente de coronéis reformados, por isso inferimos que à medida que alguns oficiais iam se aposentando poderiam assumir a direção da revista. Contudo alguns oficiais da ativa

---

31 A crise institucional de 1961, refere-se a um conjunto de fatores que teve início em agosto daquele ano, quando Jânio Quadros renunciou o cargo. Segundo pesquisadores, sua intenção era ser recolocado no poder pelo povo, todavia, não foi o que ocorreu, gerando um cenário de instabilidade política após a posse de seu vice, João Goulart, recusado pelos militares e bases conservadoras, que temiam a implementação de um governo comunista. Ver: SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 432.

ocuparam essa função. Através do cruzamento de dados entre aos nomes dos presidentes do Clube de Oficiais, os comandantes da Fôrça Pública e os diretores gerais da revista, inferimos que este último não era, necessariamente, ocupado pelos demais. Porém, os nomes se relacionam a uma elite policial. Alguns (ex)comandantes da instituição assumiam como presidentes do Clube de Oficiais, enquanto outros eram responsáveis pela direção da revista. Em alguns casos poderiam ser responsáveis por ambos, em períodos diferentes, como é o caso do Cel. Rubens Teixeira Branco<sup>32</sup> que em 1952 esteve à frente do Clube de Oficiais, foi comandante da Fôrça Pública durante o ano de 1956, e em setembro de 1960 ocupou o cargo de diretor geral da revista. Tudo indica que os oficiais policiais dos altos extratos transitavam por essas funções.

O primeiro diretor da *Militia* foi o Cel. José Sandoval de Figueiredo, descrito como possuidor de conhecimentos táticos militares, professor, fluente em línguas estrangeiras que facilitariam a tradução de regulamentos militares (FERRAZ, 2012)<sup>33</sup>. Além disso, consta como incentivador da criação da “Academia de Letras Militares”, dentro da Fôrça Pública, o que em um primeiro momento, “germinou” na *Militia*, demonstrando o desejo, a idealização de um policial intelectual à frente da revista. Outro nome de destaque é o do Cel. Rubens Teixeira Branco, já mencionado. Como Presidente do Clube Militar, criou a Colônia de Férias da Polícia Militar de São Paulo, na cidade de Campos do Jordão – destinada para militares e civis –, isso antes de chegar à direção da *Militia*. Cabe mencionar ainda os nomes do Cel. Coriolano de Almeida Júnior e do Cel. José de Anchieta Torres, que embora a revista não apresente informações sobre eles, posteriormente foram homenageados com nomes de ruas na cidade de São Paulo<sup>34</sup>. Como já observado, os responsáveis pela direção da revista

---

32 GODOY, Oscar Ribeiro de. **Coronel Rubens Teixeira Branco**. Campos do Jordão *Cultura.com.br* Disponível em: [http://www.camposdojordaocultura.com.br/baudojo\\_rdao/faciculo23.asp](http://www.camposdojordaocultura.com.br/baudojo_rdao/faciculo23.asp). Acesso em: 1º dez. 2021.

33 Saudação escrita pelo Cel. Arrison de Figueiredo Ferraz, em 1958, sendo publicada na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. A saudação foi transcrita em 2012 pelo blog “Carinhonha”. Ver mais em: FERRAZ, Arrison de Figueiredo. **Saudação ao Cel. José Sandoval de Figueiredo**. In: Cel. José Sandoval de Figueiredo. *Carinhonha*, 2012. Disponível em: <http://carinhonha.blogspot.com/2012/01/cel-jose-sandoval-de-figueiredo.html> Acesso em: 1º dez. 2021.

34 Em São Paulo, rua Ministro Coriolano de Almeida Júnior – Vila Dom Pedro I, São Paulo – SP, 04275-030; R. Cel. José Anchieta Törres – Vila Paulistana, São Paulo – SP, 02319-170.

tinham a patente de coronel ou tenente-coronel; e na chefia da redação major, capitão ou 1º tenente<sup>35</sup>.

### **Temas e Seções da *Militia***

Os temas tratados na revista eram espinhosos, como destaca Rosemberg (2016). Principalmente as matérias que versavam sobre o espaço social ocupado pela Fôrça Pública – ou que deveria ocupar – e sua relação com outras instituições policiais, com o Exército e a sociedade civil. Trazia textos com reivindicações profissionais, além de ter servido de “palanque para posicionamentos políticos” (ROSEMBERG, 2016. p. 226), embasados pelos eventos ocorridos na Quarta República (1946-1967). Deixando claro, nessas passagens a função e o papel social dos agentes e das instituições policiais, abordando de forma eloquente os tópicos sobre a unificação das polícias, sob a égide da Fôrça Pública e a subordinação ao Exército.

Rosemberg (2016) aponta que, em suas 102 publicações, o debate sobre a reforma da Lei Base das Polícias era constante, pois tinha como foco a reorganização, pelos Estados e pela União, das Polícias Militares, consideradas reservas do Exército (Lei n. 192/1936.)<sup>36</sup>. Diante disso, as polícias militares e estaduais, não sendo, portanto, só os milicianos da Fôrça Pública, reivindicavam “a federalização, a unificação e a elaboração de uma lei regulatória que substituísse a norma vetusta” (ROSEMBERG, 2016. p. 230). Estas reivindicações estavam atreladas a outra luta dos policiais, que era a delimitação de uma identidade policial militar. O problema era que cada Instituição queria ter maiores poderes perante as demais, por exemplo, as policiais da Fôrça Pública, só aceitariam a unificação se a instituição militarizada de cada estado ficasse no comando das demais polícias. Para eles, só assim seria possível a criação de tal identidade, pois as instituições seriam completamente padronizadas em seus uniformes e na doutrina. Isso, porém, requeria a existência de uma lei para regulamentar e delimitar as funções dos policiais diante do novo cenário político. Essa luta se fez presente em muitas edições da revista.

---

35 A hierarquia militar da Fôrça pública obedecia à ordem ascendente em relação a praças: soldado, cabo, 3º sargento, 2º sargento, 1º sargento e subtenente. Em relação aos oficiais: aspirante a oficial, 2º tenente, 1º tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel.

36 BRASIL. **Lei n. 192, de 17 de janeiro de 1936**. Reorganiza, pelos Estados e pela União, as Polícias Militares sendo consideradas reservas do Exército. 1936.

Na primeira edição, por exemplo, encontramos a seguinte matéria: “O Problema do Petróleo no Brasil”, onde se declara que a diretoria do Clube Militar “tem em vista trazer a debate, para esclarecimento de nossos camaradas de farda e civis interessados, os problemas econômicos que dizem de perto com o progresso e a defesa de nossa Pátria.” (*MILITIA*. ed. 1. 1947, p. 25). O Clube Militar, por meio dessas matérias, vinha somar à campanha “O petróleo é nosso”, que mobilizou o Brasil em 1947. Campanha que tinha o intuito de impedir a aprovação do projeto, lançado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), de flexibilizar a comercialização do petróleo. Essa campanha uniu civis e militares nacionalistas, que acreditavam no potencial do país em explorar por si próprio o petróleo.

Observamos também matérias referentes a outros debates políticos, dentre eles a carestia de vida; eleições para o governo estadual; greves, tais como a greve dos policiais em janeiro de 1961. Sobre os assuntos voltados a carreira e ação policial, destacamos: mudanças na legislação, salários, aposentadoria e outras benesses e direitos. Ressaltamos ainda os temas voltados para a construção da memória institucional: a evocação de memórias e da História oficial e outras reminiscências, através de textos em homenagem aos heróis e feitos do passado. Os textos eram publicados em meio a notícias sobre promoções, falecimentos, cursos, comemorações, concursos e visitas de autoridades. Além de matérias sobre cinema, literatura, teatro, viagens, sociologia e psicologia, como são denominadas. O entretenimento ficava por conta da chamada página feminina, as pensatas e as charadas (ROSEMBERG, 2016). Trata-se, portanto, de um periódico com uma miríade de assuntos, visando se fazer interessante a diferentes públicos, sejam eles militares e civis, homens e mulheres.

A respeito da autoria dos textos, verificamos a assinatura de coronéis, capitães, tenentes, mas também eram publicados artigos de articuladores civis, tais como advogados(a), padres e professores, em sua maioria homens. Importante apontar que a revista publicou alguns textos de mulheres. A advogada e professora de Direito Esther de Figueiredo Ferraz<sup>37</sup>, por exemplo, escreveu alguns. Um deles se refere a idealização de participação de mulheres na Polícia: “Atribuições de uma polícia feminina” (*MILITIA*, ed.49, 1954, p. 32-36). Outra autora é Cleusa Veloso, descrita

---

37 Primeira mulher a ocupar o posto de ministra do estado (pasta da educação) durante o governo de João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), entre 1982 e 1985.

como professora de Sociologia, que escreveu sobre a disciplina curricular de Sociologia (*MILITIA*, ed. 37, 1952, p. 16). Ou ainda um poema - "Velhinhos" - publicado na primeira edição da revista, e assinado por "doutora Estelita Ribas" (*MILITIA*, ed. 1, 1947, p. 24). De qualquer forma os temas e autores são, principalmente, sobre assuntos considerados masculinos e escritos por homens.

Como seção fixa, a revista tinha: a chamada "Página Feminina", no meio da revista; a seção humorística; e as "cruzadinhas", ambas nas últimas páginas. A seção humorística trazia charges, trocadilhos, piadas e charadas, todavia, com o passar do tempo acabou ficando apenas as palavras-cruzadas que faziam parte da "secção de recreação". As piadas e trocadilhos eram de temas amenos, mas aparecem alguns que com chacotas sobre traição e violência física, inferiorizavam as mulheres (por ex: ed. 01, 1947. p. 70).

A chamada "Página Feminina", assinada com nomes femininos, esteve presente na revista em dois momentos. Foi publicada a partir da 1ª edição (nov./dez./1947) até a quarta (maio/jun./ 1948) e era assinada por "Maria Lúcia", sobre quem não dispomos de informações. O segundo momento diz respeito a volta da circulação da seção que havia sido interrompida após a quarta edição, a partir de janeiro de 1953 até dezembro de 1956, renomeada de "Secção Feminina", e assinada por "Rita de Cássia". A única informação encontrada na revista dizia que Rita de Cássia, era "bacharelada da Escola de Jornalismo 'Casper Libero' na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo" (*MILITIA*, ed. 50, jun. 1954, p. 68). Os assuntos das seções eram sobre moda, beleza, cuidados com a casa, além de trazer receitas, dicas de produtos para limpeza da casa, e conselhos amorosos. Não havendo diferenças perceptíveis nas secções a partir da mudança das assinaturas.

A preocupação em ter uma "página feminina" em uma revista policial militar está posta na primeira publicação. Segundo a declarada Maria Lúcia:

Leitora amiga: Especialmente para você, minha querida, os dirigentes desta revista resolveram fazer esta página. Aqui trataremos de tudo, mui simplesmente, que possa interessar a uma boa dona de casa, laboriosa e elegante: Cozinha, conselhos sobre decorações de casa, como receber convidados, elegância feminina e beleza. Procuraremos, também, responder a todas as perguntas sobre o assunto. Estas poderão ser enviadas à redação desta revista.<sup>38</sup>

---

38 Maria Lúcia. *MILITIA*, ed.1, 1947, p. 38.

Direcionada a mulheres, fica evidente a concessão dada pelos dirigentes da revista à inclusão de assuntos ditos femininos para a “bôa dona de casa, laboriosa e elegante”. Dessa forma e somando às colunas humorísticas e lúdicas, tudo indica que nesse momento, o projeto editorial da revista tinha por foco a “família policial”. De acordo com Celso Castro (2018)<sup>39</sup>, “família militar” diz respeito a uma estrutura básica da identidade militar, embora seja semelhante à tradicional, ela possui algumas especificidades. Sobre tais especificidades apontamos, em acordo com as psicólogas Marília Gabriel e Marli Sattler, que “os papéis são mais rígidos e baseados na divisão por gênero, ou seja, o homem teria um lugar em que garante a ‘lei e a ordem’, sendo o provedor, e a mulher é a mãe que cuida dos filhos, do marido e da casa, garantindo a harmonia da família” (GABRIEL & SATTLER, 2019, p. 17)<sup>40</sup>.

Com base no exposto acima, entendemos que havia uma delimitação de atividades ditas masculinas – policiais – e outras orientadas para um pretense público feminino, haja vista, ser uma revista policial, meio no qual a participação de mulheres era pouca e cheia de ressalvas, pois “historicamente, mulher e policial são categorias que foram construídas como excludentes entre si” (MOREIRA, 2009, p. 1)<sup>41</sup>. Sabendo que, para Joan Scott (1995) “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995, p. 86), algumas relações de poder são decorrentes da qualificação baseada no sexo percebido. A percepção dessa dicotomia e da delimitação do (de um) feminino/masculino, simbolicamente, dentro dos parâmetros do privado/público, se encontra demarcada no interior do periódico.

### As capas da revista Militia

A capa de um periódico tem a função de prender a atenção do(a) leitor(a), chamando à leitura. É com a capa que as pessoas têm um primeiro contato com a revista, e ela será a responsável por instigar o(a) leitor(a) a querer ler o conteúdo do

39 CASTRO, Celso. **A família militar no Brasil: transformações e permanências**. FGV Editora. 2018.

40 GABRIEL, Marília Reginato; SATTLER, Marli Kath. **As especificidades do casal militar: uma contribuição à psicoterapia conjugal**. *Pensando fam.*, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 15-25, dez. 2019.

41 MOREIRA, Rosemeri. A participação de mulheres na construção da “Polícia Feminina” no Brasil [1940-1950] [en línea]. **I Jornadas del Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Género**, 29 y 30 de Octubre de 2009, La Plata, Argentina. En Memoria Académica. 2009.

periódico. Diante disso, atentas a categoria Gênero, analisamos as capas da *Militia* observando o *layout*, as padronizações, as repetições de temas, a narrativa visual. Em um primeiro momento, alguns aspectos chamaram a atenção quanto a composição das capas, como o jogo de cores – duas ou três - que marcam parte das edições e que contrastam entre si; o título do periódico; além, das imagens que em alguns casos estão explícitas em seu simbolismo e em outras se revelaram verdadeiras incógnitas.

A partir da catalogação e análise das 102 capas da Revista *Militia* observamos que 84% são compostas por fotografias; 6% por alegorias<sup>42</sup>; 2% se referem a aquarelas<sup>43</sup>; 9% se referem a telas. Com relação ao *layout* das capas, observamos que as seis primeiras edições trazem capas em duas cores, contrastando com a imagem central, colocada em formato geométrico de um trapézio retângulo, com título da revista em branco e na diagonal (fig. 1), e com o brasão do Estado de São Paulo, em P&B, no canto superior esquerdo.

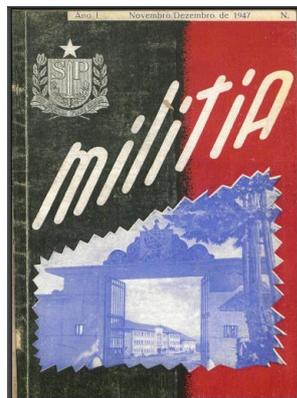


Fig. 1 – Revista *Militia*, ed.1/1947.

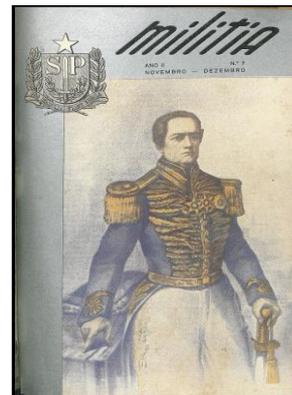


Fig. 2 – Revista *Militia*, ed.7/1948.

Após um ano de publicação, a revista adotou um *layout* mais profissional, contrastando com o amadorismo das primeiras capas. Em cores suaves, imagem, título e brasão estão integrados. Este último, agora cuidadosamente delineado (fig. 2). O brasão de São Paulo é composto por um escudo português e uma espada com o punho voltado para baixo, sobre o cruzamento de um ramo de louro e um de carvalho, à direita e esquerda, respectivamente. A lâmina da espada separa as letras "SP". O timbre é uma estrela de prata. O suporte que envolve o escudo são dois ramos de cafeeiro com frutos e hastes que se cruzam na parte de baixo. Por fim, o

42 Figuras de estilo utilizada nas artes visuais e na literatura para expressar sentimentos e ideias abstratas.

43 Um tipo de pintura feita com tintas diluídas em água.

lema se encontra gravado em uma faixa, logo abaixo da base do escudo, ele está em latim e traz os dizeres: *PRO BRASILIA FIANT EXIMIA* – “pelo Brasil façam-se grandes coisas”.<sup>44</sup> O brasão, no entanto, não é uma constante em todas as capas. Estando presente em 31 edições. Nas 27 primeiras edições: de nov./dez. de 1947 a mar./abr. de 1952, quando então desaparece. O brasão retorna nas edições: 50 (jul. 1954), 64 (jul./ago. 1956), 65 (set./out. 1956) e 67 (jan./fev. 1957). Em todas as ocorrências, o brasão está localizado na parte superior ou próximo a ele e, sempre, do lado esquerdo. As cores usadas não são as cores oficiais, pois é feito apenas o contorno do símbolo: ora ele é feito em preto, ora em branco, ora aparece vermelho, ou verde, ou ainda em azul. A maioria segue o padrão de repetir a cor com a qual o título “*Militia*” foi escrito.

A capa da primeira edição, traz um desenho, sombreado em azul, do pórtico da sede da corporação, situada no bairro Bom Retiro, como se fosse um convite ao leitor a adentrar na caserna. A revista se coloca como essa porta de entrada (fig. 1). As primeiras capas traziam: fotografia de alunos oficiais em marcha durante as festividades do aniversário de São Paulo (25 de janeiro, ed. 2/1948); desenho de milicianos a cavalo e sobre a Bandeira de São Paulo; ou prestando juramento, montados (ed. 4/1948); fotografia do Monumento da Independência, na edição de setembro e outubro daquele ano. Algumas capas trazem milicianos montados a cavalos, imagem símbolo do fazer da instituição (ed. 5/1948; ed. 32/1953; e ed. 59/1955). Nessas séries foi possível perceber a exaltação de valores militares tais como a força da instituição e de seus agentes, bem como ficam evidentes, noções associadas a masculinidade: coragem e bravura. Em nenhuma das 102 capas, existe menção ou destaque às mulheres que entraram para o Corpo de Policiamento Feminino, em 1955, na Guarda Civil, configurando a exaltação da Fôrça Pública e o consequente silenciamento das demais instituições de segurança.

Destacamos uma capa dedicada exclusivamente aos Inconfidentes Mineiros (ed. 3/1948), onde prevalece o uso das cores azul, vermelho e branco. Cores da bandeira idealizada pelos inconfidentes, além da fotografia de uma casa, localizada na cidade de Ouro Preto, local descrito como sendo utilizado para os encontros e deliberações das ideias de liberdade. De acordo com a própria revista, a “Casa dos

---

44 Descrição encontrada no site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/documentacao/simbolos-do-estado-de-sao-paulo/>. Acesso em 22 abr. 2022.

Inconfidentes”, trata-se de um “templo para o civismo nacional” devendo, portanto, ser preservada, além de marcar o memorialismo de Tiradentes, que é, também, considerado o patrono das Polícias Militares do Brasil, por sua dedicação e luta à causas consideradas “corretas”.

A ed. 7/1948 (fig. 2) além de inaugurar outro *layout*, se configura como a 1ª capa referente a memória dos heróis. Neste caso se trata de ilustração do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, considerado o fundador da Fôrça Pública<sup>45</sup>. Posto pela revista como um intelectual, político e militar que foi responsável pela criação da “Guarda Municipal Permanente”, e que passou a ser a Fôrça Pública, no ano de 1891. Além dessa edição, mais uma capa (ed. 66/1952) o homenageou novamente, e com a mesma ilustração. Ilustrado como um homem branco, com traços delicados e expressão austera, com o corpo em um ângulo de 45°, olhando para frente, fardado, o brigadeiro apoia a mão direita em um móvel (escrivaninha, mesa), enquanto a mão esquerda está apoiada no cabo da espada, como cabe a um espadachim. No editorial dessas edições o brigadeiro é evocado fazendo alusão ao aniversário da Fôrça Pública. A história da instituição aparece mesclada à história do fundador.

Ainda em relação a reminiscência e homenagem aos heróis, percebemos em demais capas desenhos, fotografias de monumentos, estátuas, bem como reprodução de retratos. Trata-se de vincular a Fôrça Pública ao protagonismo dado àqueles que lutaram pela Independência, como é o caso do mártir inconfidente Tiradentes, presente em duas edições (ed. 9/1949, e ed. 15/1950), e do general San Martín (ed.18/1950), que lutou pela independência da América Espanhola. Ainda os mitificados Bandeirantes, símbolos do estado de São Paulo (ed. 53/1954); e, por fim, os soldados constitucionalistas de 1932 (ed. 11/1949; ed. 23/1951; ed. 58/1955; ed. 64/1956; ed. 76/1958 e ed. 83/1959). A maioria das imagens são de fotografias de monumentos, mas algumas são ilustrações. Em todas essas capas é possível perceber um olhar altivo e sempre para um futuro adiante, por parte dos representados. Tiradentes, por exemplo (fig. 3 e 4), ilustrado em duas capas, é representado como se estivesse nos últimos momentos antes de ser enforcado, com a cabeça erguida

---

45 Também é considerado o patrono da Polícia Militar do Estado de São Paulo e da ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), um grupo tático dentro da Polícia Militar paulistana, que foi criada em 1º de dezembro de 1970. Ver: POLÍCIA Militar do Estado de São Paulo. **Tobias de Aguiar**: o patrono e símbolo da Polícia Militar e da ROTA. São Paulo: 04 out. 2016. *Facebook*: PMESP (Organização Governamental); POLÍCIA Militar do Estado de São Paulo. **História da PM**. Disponível em: <https://www.policiamilitar.sp.gov.br/institucional/historia-da-pm> Acesso em 30, nov, 2021.

parece fazer uma prece. Representado como um Cristo, que entrega seu espírito, o que se confirma com a presença de um sacerdote no desenho (fig. 4).

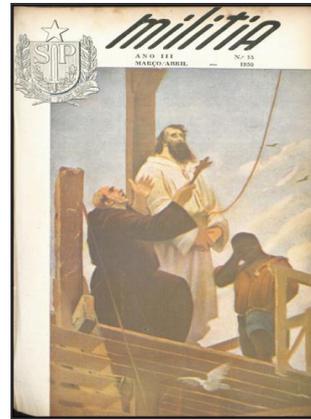
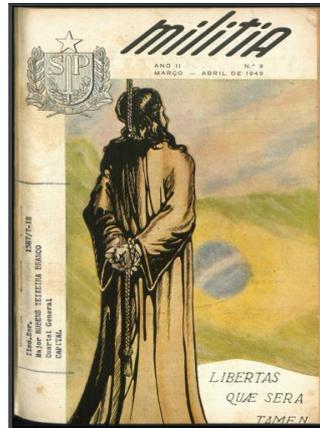


Fig. 3 – Revista *Militia*, ed. 9/1949. Fig. 4 – Revista *Militia*, ed. 15/1950.

Os monumentos que retratam os heróis são imponentes, conferindo um ar de magnitude tal qual a importância daqueles que são homenageados. Trata-se de uma homenagem dentro da homenagem, um reavivamento de valores e ideais defendidos por estes que tombaram, mas que deixaram um legado a ser enaltecido e preservado. Catorze capas estão compostas por monumentos: alguns que representam a fundação de São Paulo e outros que homenageiam os heróis do passado, tais como os milicianos constitucionalistas de 1932. Tudo indica que essas capas são pensadas para promover um reavivamento e/ou conservação da memória, bem como, para uma institucionalização das mesmas. As fotos em P&B, indicam um passado e transmitem ao leitor(a) a ideia de grandeza que subjaz ao monumento concreto. Como é o caso da capa da ed. 17/1950 (fig. 5), composta pela foto do minarete erigido no mausoléu dedicado aos heróis de 32, em que a presença de uma minúscula pessoa parece indicar a insignificância individual frente a instituição e a heroicidade de outrora. O fundo negro apaga o espaço ao redor. Outro exemplo é a capa da ed. 36/1953 (fig. 6), que traz o monumento erigido para homenagear João Ramalho, bandeirante, fundador da cidade de Santo André, importante polo industrial do Estado. Na inscrição do monumento algumas informações sobre Ramalho e o motivo de ser prestigiado com aquela honraria. A grandiosidade do monumento é indicada pelo contraste com o tamanho das pessoas: colossal, se configura na importância do retratado e da cidade que ele fundou.

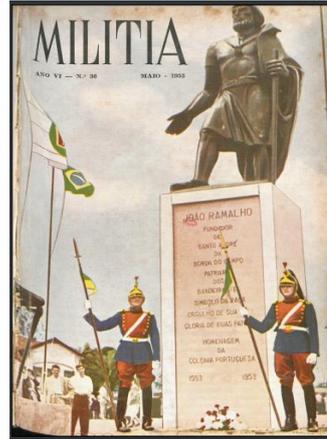


Fig. 5 – Revista *Militia*, ed. 17/1950. Fig. 6 – Revista *Militia*, ed. 36/1953.

As capas referentes a ideário de heróis apontam ainda personagens contemporâneos: os próprios agentes da Fôrça Pública, com destaque para Dick, um cão pastor da Fôrça Pública, que, conforme a revista, ao morrer bravamente, recebeu honras de herói pelos serviços prestados (ed. 81/1959). Além disso, existem constantes flagrantes de milicianos em desfiles, patrulhamentos e à paisana. Postos como vigilantes, prontos a defender a população. Deixando claro sempre a postura do patriotismo, austeridade, imponência e honra, características associadas ao heroísmo e no masculino.

A partir da ed. 31/1951, novamente surge um novo *layout*, a partir de uma capa composta por uma imagem que passa a ocupar toda a extensão da página. Além disso, essa edição se trata da última capa montada a partir de aquarela (fig. 7). Os desenhos, sobretudo as aquarelas marcaram algumas das edições da revista, tal como as destacadas pelas fig. 7 e 8. A primeira se refere a paisagem da região de Campos do Jordão, local da Colônia de Férias do Clube Militar, batizada de “Fonte do Encantamento”. De forma específica, Campos do Jordão é mencionado três vezes (ed. 31/1952, 72/1957 e 103/1964<sup>46</sup>). A figura da edição 72/1957 trata-se da sede da Colônia de Férias (Campos do Jordão), onde observamos uma foto bucólica de uma casa rústica entre árvores. Ao que tudo indica, o “descansar” dos policiais – encontra um remanso e fuga na ruralidade, frente as agruras da labuta urbana. Pelo menos aos oficiais. A fig. 8, por sua vez, traz a aquarela da Igreja de São Francisco, em Ouro Preto. Não existe nenhuma menção ao tema da capa no corpo da revista, tal fenômeno é recorrente como o exemplo da fig. 11, e que o ponto turístico retratado

46 A edição 103 de 1964 é a última edição disponibilizada no site. Não será abordada a imagem dela, pois optamos por exemplificar outras capas.

não tem nenhuma ligação com a matéria principal da edição, nem consta como ilustrando alguma matéria de menor monta.

O recorrente uso de desenhos e aquarelas, estão relacionados, também, com uma característica marcante de algumas revistas do início do século XX, em que muitas não faziam associação de matérias com a capa. O uso de desenhos, telas e aquarelas também eram usados para compor capas de personalidades sobre as quais quem não havia registro fotográfico, e que transmitissem o sentimento buscado pelos idealizadores das capas.

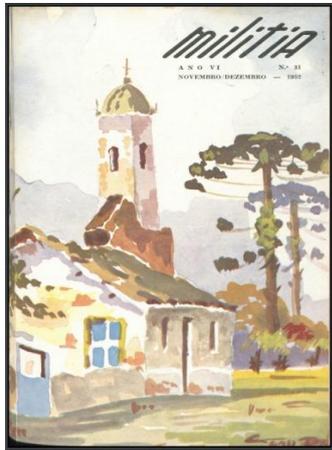


Fig. 7 – Revista *Militia*, ed. 31/1952. Fig. 8 – Revista *Militia*, ed. 27/1952.

Todavia, importante observar que a ed. 32 (fig. 9), marcou o início da predominância da fotografia na composição das capas. Como aponta Kossoy, as fotografias podem ser vistas como uma forma de preservar “a memória visual de inúmeros fragmentos do mundo, dos seus cenários e personagens, dos seus eventos contínuos, de suas transformações ininterruptas” (KOSSOY, 2001. p. 27). Isto é, à fotografia é creditada a possibilidade de interação entre o público e o acontecimento, pois “as imagens funcionam como ponte entre o acontecimento e o leitor, permitindo a esse imaginar o cenário e de alguma forma a ação que ali ocorre” (TAVARES & FERREIRA VAZ, 2005, p. 126)<sup>47</sup>. Esse devir fotográfico crescente na composição das capas pode estar relacionado a partir da necessidade de conferir legitimidade às coisas que são representadas, e que encontrou no uso da fotografia

47 TAVARES, Frederico de Mello Brandão; FERREIRA VAZ, Paulo Bernardo. **Fotografia jornalística e mídia impressa: formas de apreensão.** *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil. núm. 27, agosto, 2005, pp. 125-138.

a sua melhor forma de expressão. A fotografia foi considerada, desde sua invenção, até pelo menos os anos 1960, como “espelho do real, que provém do advento da objetividade e da automatização da imagem, que é assimilável a um verdadeiro ‘fenômeno natural’” (ROUILLÉ, 2009, p. 189). Vista dessa forma, como um instrumento de um regime de verdade, considerava-se a fotografia como um documento que reflete uma realidade em determinado tempo e contexto. Uma fotografia-documento, uma verdade.

Na capa da ed. 40/1953 (fig. 10), por exemplo, a imagem traz a uma nuvem de cogumelo, característico de uma explosão atômica. Não há matéria sobre o tema no interior do periódico. Porém, encontramos uma pequena nota, chamada “Nossa Capa” (que acompanha algumas edições) que nos fornece a seguinte descrição: “SÍMBOLO DE UMA ÉPOCA – A última explosão atômica no deserto de Nevada. (Foto liberada pelo governo americano)” (*MILITIA*, ed. 40, 1953, p. 90).

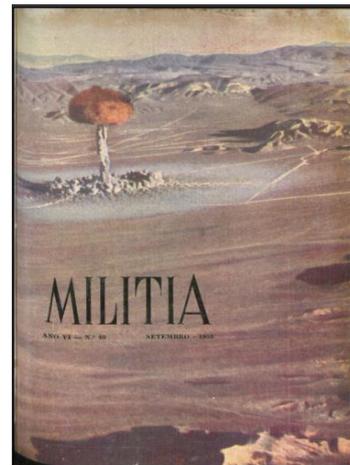
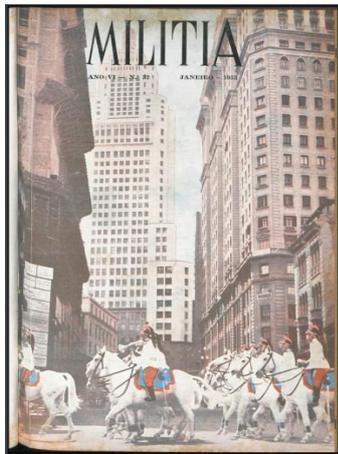


Fig. 9 – Revista *Militia*, ed. 32/1953. Fig. 10 – Revista *Militia*, ed. 40/1953.

Tema constante nas capas da *Militia* é o próprio Estado de São Paulo, com destaque para alguns pontos do estado. A moderna capital: representada no monumento comemorativo da fundação da cidade de São Paulo (ed. 14/1950); a vista parcial da Via Anchieta, que liga a grande São Paulo a Santos (ed. 39/1953); a vista parcial da Praça das Bandeiras (fig. 12), importante espaço público até 1960; a Avenida Anhangabaú (ed. 56/1955), centro da cidade de São Paulo e palco de importantes debates políticos; a vista parcial do Viaduto do Chá (ed. 57/1955), que foi o primeiro viaduto a ser construído em São Paulo; vista parcial da Praça Ramos de

Azevedo (ed. 60/1955), região famosa por abrigar o Theatro Municipal de São Paulo; uma aquarela que aborda o Parque Pedro II (ed. 47/1954), no bairro da Sé, fazendo divisa entre o Centro Histórico de São Paulo e o bairro do Brás; vista parcial do Jardim da Luz (ed. 69/1957), localizada na avenida Tiradentes, na cidade de São Paulo, trata-se de um espaço público, usado como jardim ou parque. Nessas capas, vemos a imponência da cidade de São Paulo, sua força e beleza, o urbanismo e a modernização. Em algumas capas referentes a pontos da cidade, estes estão associados a pelotões da Fôrça Pública e aos monumentos de fundação – que encarnam o Estado e o poder político –, como um orgulho para o Brasil. São capas significativas de uma promoção, um chamamento ao amor ao Estado paulista e a capital e uma declaração de liderança nacional (figs. 11 e 12).

Além da cidade, algumas capas se voltam ao interior do estado: cachoeira de Piracicaba (ed. 86, p. 196, fig. 11), localizada no município de Piracicaba, interior de São Paulo, retratando a beleza e calma das paisagens interioranas do estado. A fig. 11, referente a fotografia em P&B da cachoeira de Piracicaba, traz como manchete: “NESTA EDIÇÃO: Isolado no Hospital da Fôrça o vírus do câncer” (*MILITIA*, ed. 86/1960, capa). No interior da revista há uma matéria onde se debate sobre as pesquisas para a cura do câncer, enfatizando que um corpo de médicos pesquisadores, no Hospital da Fôrça Pública, poderia ter a resposta para a causa da “moléstia” e, conseqüentemente, sua cura. Todavia, a matéria é encerrada, dizendo que até o momento, se tratava de suposições e que tudo está nas mãos dos médicos do Hospital Militar da Fôrça Pública e de seus colegas civis. A fig. 12, em contraste, traz a grandiosidade da capital, a amplitude do movimento e o pulular da população, enfocando mais as pessoas do que os carros. Evoca ainda a importância da região do Anhangabaú para a capital, um dos marcos que separa a “velha São Paulo” da “moderna São Paulo”.

Estas duas capas (fig. 11 e 12) nos trazem um contraste entre a vida urbana e a calma e tranquilidade da natureza. Mesmo em contraste, estão associadas a um mesmo tema: a completude de um estado que, urbanizado, moderno, não deixa de ter paisagens de uma natureza privilegiada. Uma cidade – e estado – movimentada e moderna, contudo, sem deixar de mostrar as belezas naturais interioranas. É como se essas capas nos dissessem que o Estado de São Paulo é diversificado: além da

modernidade da cidade, da euforia do grande centro urbano, existe o remanso e serenidade do interior.

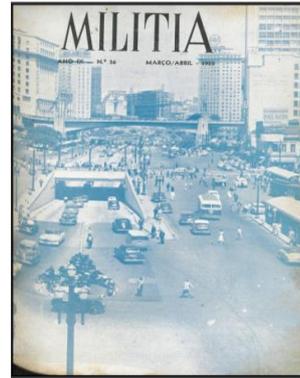
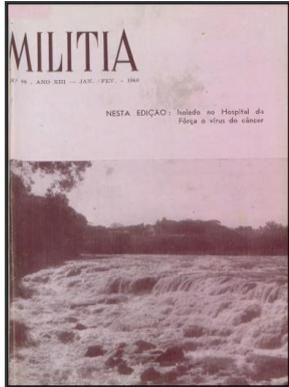


Fig. 11 – Revista *Militia*, ed.86/1960. Fig. 12 – Revista *Militia*, ed. 56/1955.

Desfiles e paradas também são significativos constituindo uma série importante de capas, em um total de sete. Nesses desfiles retratados, somente um não é referente aos milicianos da Fôrça Pública. Se tratava do desfile da Rainha do Café (ed. 98/1962). Os desfiles dos milicianos, retratados nas capas, ocorriam em três momentos: aniversário de São Paulo (25 de janeiro); 9 de julho (Revolução Constitucionalista de 1932); e em 7 de setembro (Proclamação da Independência). Os desfiles de 7 de setembro eram realizados em frente ao Palácio do Ipiranga, próximo ao Monumento à Independência destacam o poderio militar e o ordenamento estatal. Os desfiles referentes ao aniversário do Estado de São Paulo ocorriam, por sua vez, na praça do Pátio do Colégio, local demarcado como da fundação do Estado e da cidade.

Poucas capas trazem temáticas que não se referem a São Paulo. É o caso das edições 73 (1958) e 74 (1958), respectivamente, que contém a fotografia de uma fazenda localizada em Nova Friburgo e outra é uma queda d'água perto de Resende, ambas no estado do Rio de Janeiro. Há também uma capa (ed. 77, 1958), referente a cidade de Chicago (EUA), com uma fotografia tirada às margens do Rio Michigan (fig. 13) e, segundo a revista, enviada por oficiais da Fôrça Pública que estiveram naquele ano nos Estados Unidos. Neste caso, mostrar a cidade é mostrar os oficiais do Fôrça Pública como cosmopolitas e cidadãos do mundo. Além disso, na ed. 71/1951 (fig. 14), temos uma imagem sobre a qual há somente uma informação: a de que se trata de uma "paisagem italiana". Essas capas nos ajudam a compreender e dimensionar a

amplitude de assuntos que a revista alcançava, bem como destacava que oficiais viajavam para o exterior, sem indicar se era a passeio ou em assuntos oficiais.

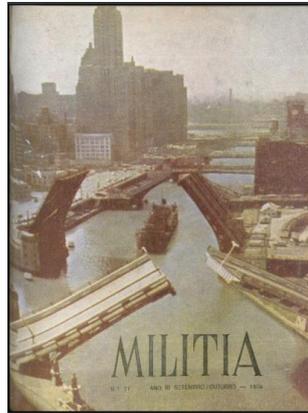


Fig. 13 -- Revista *Militia*, ed. 77/1958.

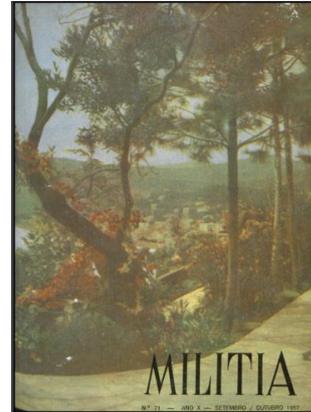
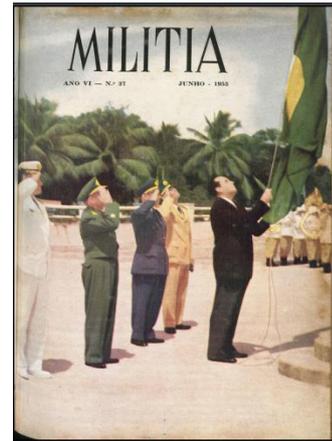


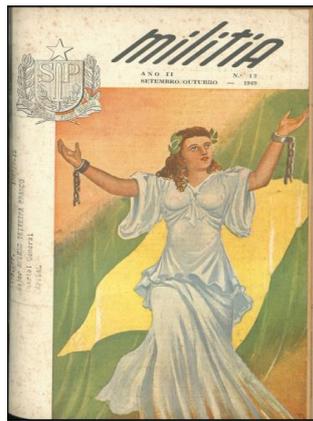
Fig. 14 – Revista *Militia*, ed. 71/1951.

Algumas capas enfocavam autoridades políticas, de forma reconhecível, em duas capas. A ed. 33/1953, por exemplo, traz a foto colorida do governador Nogueira Garcez, participando da cerimônia de entrega de espadas aos novos aspirantes da Fôrça Pública (fig. 15). O governador e um aspirante, em primeiro plano e enquadrados na objetiva de cima pra baixo, parecem maiores que os demais presentes. A expressão de ambos é de solenidade, autoridade e mútuo respeito. Outra capa com autoridade política é a da ed. 37/1953, que traz o governador do Rio Grande do Norte, Sílvio Pedrosa, durante solenidade de inauguração do novo Quartel da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (fig. 16). Embora aparente ser um desenho, trata-se de uma fotografia, na qual o governador potiguar está hasteando a bandeira nacional, diante de militares e civis. Com base nas cores das fardas, se trata de um representante da Marinha, um do Exército, um da Guarda Municipal e um da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, todos prestando continência à bandeira.

Fig. 15 – Revista *Militia*, ed. 33/1953.Fig. 16 – Revista *Militia*, ed. 37/1953.

Em um total de 102 capas analisadas, apenas cinco tem elementos femininos em sua composição, sendo que em uma delas não existe destaque a isso. A primeira capa que aborda a figura feminina (fig. 17), ed. 12/1949, é um desenho de uma jovem com vestes brancas, com mãos ao alto, mostrando as correntes arrebetadas, representando a liberdade conquistada com a Independência, tal qual uma Marianne, símbolo da Revolução Francesa (ISMÉRIO, 2016)<sup>48</sup>. Atrás dela, a bandeira nacional nas cores verde e amarelo. A jovem ocupa, no centro da capa, o lugar do lema positivista “ordem e progresso”, inscrito na bandeira original. A segunda capa com alegoria feminina (fig. 18) é referente a República. Também uma jovem em vestes brancas, desta vez segurando o pavilhão nacional, indicando movimento em meio ao ar livre: céu, planície e montanhas ao longe; bandeira esvoaçando. Em comum a essas capas é o olhar altivo como se estivessem olhando ao futuro, e associação ao nacionalismo e ideais positivistas, encarnados na figura feminina.

48 ISMÉRIO, Clarisse. Os símbolos e representações femininas da arte ceterial no período republicano do Rio Grande do Sul/ Brasil (1889-1930). **Revista Gráfia** Vol. 13 Nº 2 - julho-diciembre 2016 - pp. 48-65.

Fig. 17 – Revista *Militia*, ed. 12/1949.Fig. 18 – Revista *Militia*, ed. 19/1950.

A escolha dessas alegorias não se dá por acaso. Segundo Clarisse Ismério (2016), a utilização de figuras femininas em relação a República, tendem a ressaltar “[...] o seu papel de guardiã da nova ordem, detentora de uma moral elevada e de atributos que a dignificavam. Era um modelo exemplar que deveria ser imitado. [...] pois a República tornou-se a Grande Mãe e a Monarquia uma prostituta leviana. [...] signos resultantes de um discurso moralista e conservador” (ISMÉRIO, 2016, p. 53). Os próprios termos “independência/liberdade” e “república”, são femininos. Como Ismério observa, mulheres, no ideal positivista, são postas como responsáveis pela preservação da moral e da família. Devem ser belas, jovens e sensuais. Tanto a Independência quanto a República são jovens e belas e guardiãs da moral e dos bons costumes da família e do país, cuidadoras dos filhos(as) e do povo brasileiro.

Observamos ainda outra interessante imagem feminina nas capas da *Militia*. É a tela “Mãe Preta” (fig. 19), de Lucílio de Albuquerque (1912), que compõe a capa da ed. 16/1950. A capa se refere ao texto intitulado “Mãe Preta”, que trata da questão escravocrata, desde o “drama pungente da raça negra [...] filhos de Cam [...] sufocados em suas aspirações, oprimidos pelo tronco, lanhados pelo açoite [...]” (*MILITIA*, ed. 16, 1950. p. 7). A reportagem é sobre miscigenação e o alargamento das fronteiras econômicas devido a escravidão, enaltecendo a figura do(a) africano(a) e a sua resiliência em ajudar a erigir a nação. Todavia, o que nos chama a atenção foi o uso da pintura em tela de uma mulher negra, posta como escravizada, descrita como dócil e zelosa com os filhos dos brancos, aquela que criou e amamentou gerações, enquanto ao lado, abandonado, se encontra seu próprio filho. É notável no olhar da

escravizada, em direção ao chão, a dor e tristeza em ver seu filho sozinho no chão, enquanto ela tem em seus braços e peito o filho dos senhores. A capa e o texto são um esforço reflexivo sobre o 13 de maio de 1888 (Lei Áurea), somado a uma espécie de homenagem ao dia das mães, comemorado no mesmo mês. Ademais, evoca mais uma vez o lado maternal das mulheres, ao se referir a ela como sendo “um tipo característico de outrora” (p. 07).

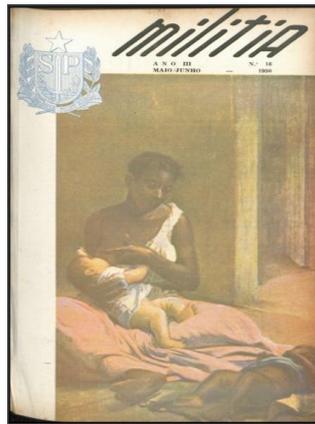


Fig. 19 – Revista *Militia*, ed. 16/1957.

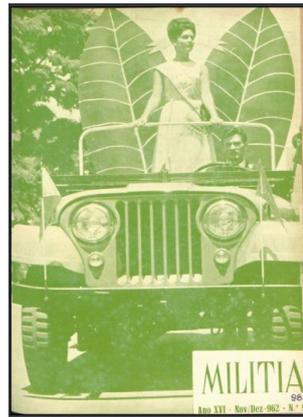


Fig. 20 – Revista *Militia*, ed. 98/1962.

A ed. 98/1962, tem como capa a fotografia da “Rainha do Café do Brasil”: a paranaense Andréa Vasconcelos de Oliveira, desfilando em um Jeep Willis (fig. 20). O destaque da foto, além da miss, é o automóvel fabricado no Brasil. Além disso, a moça e o automóvel estão adornados por gigantes folhas de café. Grandeza econômica do estado, a indústria nacional e a beleza das mulheres se entrelaçam ao patriotismo.

Outra capa com menção a ideia de um feminino é a capa da ed. 14/1952, que traz a imagem do monumento “Glória Imortal dos Fundadores de São Paulo”, criado por Amedeo Zani, e inaugurado em 1925. É um pedestal de cerca de 22 x 12 metros, com uma estátua de bronze em seu topo. Erigido para reforçar a simbologia do marco zero do estado. A pequena estátua no topo do monumento, que na capa pode passar despercebida, é uma figura feminina que carrega na mão direita uma tocha e na mão esquerda um ramo de louro. Tais elementos representam o amor eterno, a glória e o trabalho. O pedestal, em torno de suas quatro faces, contém

representações de eventos ocorridos durante o período colonial: a 1<sup>o</sup> missa que teria sido rezada pelo Pe. Manoel de Paiva em 1554, onde se tornaria o marco fundador do Estado; a catequese do Pe. Anchieta; e a atuação do cacique Tibiriça (líder do povo Guaianá), que se tornou amigo de João Ramalho (fundador de Santo André) e ajudou Pe. Manoel da Nóbrega e Pe. Anchieta na fundação de São Paulo. Ainda no pedestal, abaixo dessas imagens, encontram-se medalhões que estampam autoridades da época em perfil. A composição do monumento em sua totalidade, expressa a cidade de São Paulo que coroa seus fundadores. O uso dessa imagem na capa, enaltece São Paulo, tanto a cidade quanto o estado, e traz esse feminino do monumento, mais uma vez o lugar de uma guardiã inabalável e amável da glória política, e que legitima os atos de homens ao coroa-los e honrá-los por seus trabalhos.

Observamos que, majoritariamente, as capas enaltecem as masculinidades, seja através de autoridades políticas, heróis do passado e os milicianos do presente, ou ainda civis, como é o caso da capa ed. 94/1962. Essa capa (fig. 21) é sobre o boxeador brasileiro Eder Jofre (civil) nocauteando seu adversário, o irlandês John Caldwell. Ambos estão destacados por um fundo preto, sendo que o brasileiro está posto de forma clara como o vencedor, no exato momento em que o irlandês recebe o golpe na cabeça. A representação do orgulho de ser brasileiro através de conquistas esportivas, também está presente na fig. 22 (ed. 101/1963), que estampa um atleta de pesos pesados, cujo nome não aparece, mas que perdeu o título de campeão para um estadunidense. Deduzimos que o atleta, não nomeado, seja integrante da corporação policial, haja vista que, a descrição da capa, no interior da revista, afirma que o título é uma glória para a Corporação, que enriquece o *hall* de títulos, tanto nacionais quanto sul-americanos, conquistados por outros "companheiros" (*MILITIA*, 1950, p. 61). Novamente, as noções de força e, sobretudo, conquista e nacionalismo, do individual tomado de forma coletiva, através dos esportes e que enaltecem a virilidade, por meio de conquistas masculinas de civis.

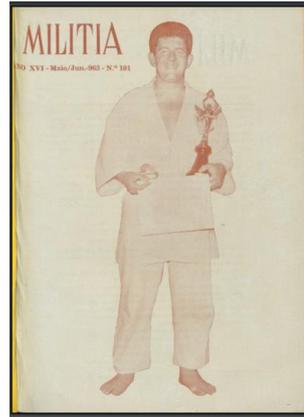
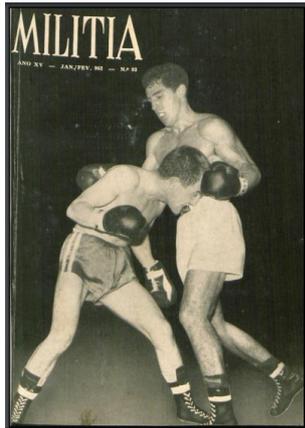


Fig. 21 – Revista *Militia*, ed. 94/1962. Fig. 22 – Revista *Militia*, ed. 101/1963.

As masculinidades, associadas a ordem, patriotismo, tradição, proteção, conquistas, estão presentes nas capas que trazem os milicianos, os heróis do passado, os monumentos aos fundadores, e ainda atletas e autoridades políticas. Os homens, como provedores da segurança, construtores da cidade, agentes políticos, estão, naturalmente, postos como dominantes do espaço público, em especial aqueles que fazem parte da corporação.

Porém, as alegorias femininas contidas em algumas capas, tais como a Independência, A República, a “mãe preta”, ou mesmo a beleza de uma miss, salvaguardam um ideal de cuidado, beleza, moralidade e sacrifício. Masculino e feminino, se completam em um ideal social, político e estético.

## Conclusões

Tendo em vista os aspectos observados e os argumentos apresentados, consideramos o lugar de destaque do heroísmo dos constitucionalistas nas capas da *Militia*, as quais buscavam reforçar ou assegurar uma identidade comum aos milicianos e estabelecer uma relação de proximidade com a população civil. As capas foram construídas de forma a enaltecer, em primeiro lugar, o nome da revista, que sempre apresentou sua escrita em latim. Algumas capas estavam estruturadas e apresentadas promovendo visibilidade a um passado e um presente repleto de heróis e pautado pela grandiosidade e modernidade da cidade e do Estado. Os milicianos estão presentes em flagrantes de rondas, atendendo chamados ou participando de eventos oficiais, como desfiles. Algumas capas evocam momentos de lazer, com

referências à Colônia de Férias do Clube Militar e a Fonte do Encantamento, em Campos do Jordão (SP).

Além disso, um feminino foi usado de forma a enaltecer valores conservadores sobre o lugar das mulheres, associados aos ideais políticos da cuidadora, da mulher zelosa, do ícone da beleza, da mãe sacrificial. As masculinidades postas em âmbito público, enaltem o caráter de proteção, força, provisão e heroísmo, criando uma ideia de masculinidades hegemônicas, como apontou Connell (1995). Por fim, apontamos, na magnitude das fotografias sobre a cidade a força e imponência de São Paulo e de seus conterrâneos.

Ademais, evidenciamos uma percepção social arraigada em estereótipos relacionados ao gênero. Cenário não restrito ao segmento policial paulista, uma vez que, traduz o pensamento vigente do período analisado. Isso nos possibilita refletir sobre permanências de ideais sexistas que perpassam a identidade policial e a cultura política, em que um pensamento orientado pelo conservadorismo em relação ao gênero e as masculinidades, estava inserido no seio da Fôrça Pública e era refletido em seu principal periódico.

Recebido em: 01/04/2023

Aprovado em: 31/10/2023